



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

ANEXO VIII
JUSTIFICATIVAS À COMPOSIÇÃO DO BDI PARA MÃO DE OBRA

1 Observações Gerais

Os valores percentuais abaixo discriminados foram obtidos com base na tabela feita para o BDI da contratação de projetos básicos e projetos executivos para as delegacias de fronteira revisão 3, da tabela contida no Acórdão 2622/2013 – TCU, item 9.3.2, que trata dos valores para vários tipos de obras ou contratações fornecimento de materiais e equipamentos (que mesmo não possuindo tabela específica para o tipo de contratação serviu de guia para valores aceitáveis) e do manual do profissional da DEA (documento desta Divisão de Engenharia e Arquitetura com faixas referenciais para os valores adotados que compõem o BDI).

A empresa licitante deverá apresentar justificativa do BDI adotado conforme feito neste anexo, indicando e justificando o percentual apresentado em virtude do regime de tributação adotado pela empresa, dentre outros fatores.

Por semelhança, na reforma, objeto deste Termo de Referência, foram adotados valores pertencentes ao tipo de obra **construção de edifícios**.

Para construção de edifícios o acórdão TCU especifica como taxa para Administração os seguintes valores:

BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS			
PARCELA DO BDI	1ºQuartil	Médio	3ºQuartil
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,0%	4,00%	5,50%
SEGURO + GARANTIA	0,80%	0,80%	1,00%
RISCOS	0,97%	1,27%	1,27%
DESPESA FINANCEIRA	0,59%	1,23%	1,39%
LUCRO	6,16%	7,40%	8,96%

2 Administração Central = 4,00%

A administração central de uma empresa de construção civil, toda a estrutura necessária para execução de atividades específicas de direção geral da empresa como um todo, de forma que sejam alcançados os objetivos empresariais da construtora.

O valor da taxa de administração central decorre do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras que a empresa esteja executando no período, variando de acordo com a complexidade e o prazo de cada obra, com a estrutura da empresa e efetivamente com a necessidade de utilização do escritório central pela obra, como por exemplo, nas áreas de suprimentos e financeiro.

Para administração central foi utilizada a taxa de 4,00% (Valor médio do Acórdão 2622/2013 – TCU).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

3 Seguros e Garantias = 0,80%

Foi utilizada a taxa de 0,80% (valor médio do Acórdão 2622/2013 – TCU).

4 RISCO = 1,27%

Sabe-se que nas atividades relacionadas com a construção civil existem os mais variados riscos, sejam para vida humana, equipamentos ou outros bens. Há ainda a possibilidade de se causar, involuntariamente, danos corporais e materiais a terceiros.

Quanto à taxa para imprevistos, essa pode estar incluída no BDI, pois há imprevistos que não são cobertos pelo seguro.

Consideram-se como imprevistos ou riscos os seguintes acontecimentos, dentre outros cuja ocorrência prejudica o andamento dos serviços e independe da atuação prévia do executor da obra: fenômenos naturais (águas subterrâneas, ventos fortes, condições climáticas atípicas, etc); perdas de eficiência de mão-de-obra; perdas excessivas de material por quebras etc.

Foi utilizado o valor 1,27%, referente ao valor médio do Acórdão 2622/2013 – TCU.

5 Despesas Financeiras = 1,23%

Despesas financeiras são gastos relacionados à perda monetária decorrente da defasagem entre a data do efetivo desembolso e a data da receita correspondente”

Esses gastos estão vinculados a pagamentos que a empresa deva fazer em período anterior ao recebimento da fatura e, normalmente, são mais representativos nos contratos de obras, onde alguns insumos são custeados previamente pela construtora.

Em razão de o objeto deste Termo de Referência ser Manutenção Predial e por consequência não envolver serviços tão complexos como o de uma obra nova, foi utilizado o valor 1,23%, referente ao valor médio do Acórdão 2622/2013 – TCU.

6 Tributos Guairá/PR = 7,65% (COFINS = 3,00%; ISS = 4,0%; PIS = 0,65%)

Tributos sobre o faturamento são aqueles que incidem no preço final do serviço, quais sejam: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Quanto ao Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS, será utilizada a alíquota geral de 5,00% sobre o faturamento ou preço final; contudo, caso a licitação seja para alguns dos setores em que a legislação tributária estipule percentual menor, deve haver a adequação do percentual de BDI para refletir a real tributação.

No que se refere aos percentuais de Contribuição para Programas de Integração Social – PIS e para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, apesar de existirem diversos regimes especiais de apuração, foi tratado neste demonstrativo apenas a regra geral de apuração por incidência cumulativa.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

As alíquotas do PIS e da COFINS, para as pessoas jurídicas sujeitas à incidência cumulativa são, respectivamente, 0,65% e 3,00%.

O ISS para os municípios de Guaíra/PR é 4%. Para a composição do BDI, a empresa deverá indicar o ISS aplicado a empresa de acordo com sua classificação tributária. A empresa que optar pela desoneração da folha de pagamento, deverá adotar o CPRB na composição do BDI.

Foram consideradas as alíquotas vigentes dos impostos descritos para as cidades de Guaíra/PR.

7 Lucro = 7,40%

De acordo com o Acórdão 2622/2013 – TCU, temos que o lucro para construção de edifícios pode variar de 6,16 % a 8,96%, o valor adotado de 7,40% é do valor médio.

ALTOUNIAN (2007)ⁱ define: “Benefício e lucro: é a parcela que contempla a remuneração do construtor, definida com base em valor percentual sobre o total dos custos diretos e despesas indiretas, excluídas aquelas referentes às parcelas tributárias. A taxa adotada como benefício deve ser entendida como uma provisão de onde será retirado o lucro do construtor, após desconto de todos os encargos decorrentes de inúmeras incertezas que podem ocorrer durante as obras, difíceis de serem mensuradas no seu conjunto.”

8 Justificativa do BDI adotado = 24,87% para Guaíra/PR

De acordo com o Acórdão 2622/2013 – TCU, temos que o BDI para construção de edifícios siga os parâmetros para taxas de BDI a seguir especificados:

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
	20,34%	22,12%	25,00%

O BDI utilizado como parâmetro foi o de Construção de Edifícios pois é o que mais se aproxima do objeto da contratação deste Termo de Referência (Reforma Predial). Os valores de BDI apresentados ficaram enquadrados entre o valor médio e o 3º Quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU.

Os parâmetros adotados foram os médios de modo a tornar a licitação mais atrativa em razão da pequena quantidade de construtoras locais.

ⁱ ALTOUNIAN, Cláudio S.; Obras Públicas – Licitação, contratação, fiscalização e utilização; Editora Fórum; Belo Horizonte, 2007.